



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DESTINADA À APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 36 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quinze, reuniu-se em audiência pública a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da CLDF com representantes da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, da Controladoria Geral, da Defensoria Pública, do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS do Ministério da Saúde e dos conselhos de Saúde do Distrito Federal para apresentação do Relatório de Gestão do 1º trimestre de 2015 da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em cumprimento ao artigo 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece que o gestor do Sistema único de Saúde – SUS, em cada ente da federação, elaborará relatório detalhado referente ao trimestre anterior. Compuseram a Mesa, o Presidente da CFGTC, Deputado Joe Valle, o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Rodrigo Delmasso, o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Saúde, Fábio Gondim; a Sra. Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal e do Instituto de Fiscalização e Controle, Jovita José Rosa; o Sr. Coordenador do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, do Ministério da Saúde, Carlos Roberto Pires Dantas; o Exmo. Sr. Defensor Público-Geral do Distrito Federal, Ricardo Batista e o Exmo. Sr. Controlador-Geral Adjunto, Renato de Oliveira Alves. Aberta a sessão, o Presidente da CFGTC informou os objetivos e os procedimentos da Audiência, concedendo em seguida a palavra ao Sr. Fábio Gondim, que, após breve introdução, solicitou à Subsecretária de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Saúde, Sra. Leila Gottens, que procedesse à apresentação do Relatório do 1º trimestre de 2015. Ato contínuo, entregou oficialmente o documento ao Presidente da Comissão. Concedida a palavra à Sra. Leila, esta deu início à exposição do Relatório, que teve como destaques os avanços na organização das redes de atenção à saúde em cada uma das regiões de saúde no Distrito Federal, o desempenho da execução orçamentária, 39% maior do que o mesmo período do ano anterior, a promoção de ações para recuperação dos recursos advindos do Ministério da Saúde a título de ressarcimento de procedimentos cobertos pelo Governo Federal e o estabelecimento de parceria com o Ministério da Saúde para identificação de problemas e intervenções, capacitação e planejamento de ações de auditoria e para a implantação da gestão de custos. Concluída a apresentação, a palavra foi retomada pelo Presidente Joe Valle que, ao tempo em que parabenizou a Dra. Leila pelos avanços evidenciados no Relatório, chamou atenção para o fato, recorrente nos vários relatórios apresentados, de que as metas não estão sendo cumpridas. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Renato de Oliveira Alves, Controlador-Geral Adjunto, para considerações. O Sr. Renato cumprimentou a Secretaria de Saúde pela elaboração do relatório, observando que os problemas encontrados pela Saúde no Distrito



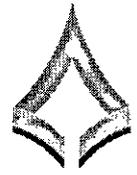
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Federal parecem estar mais relacionados à gestão do que à falta de recursos, dado que o montante de recursos aplicados foi superior ao mínimo exigido pela Constituição Federal. Questionou o expressivo quantitativo de médicos e enfermeiros lotados em área administrativa e chamou atenção para o fato de que, apesar de as metas terem sido superadas em alguns pontos, houve situações cujo desempenho foi inferior ao primeiro quadrimestre do ano anterior. Manifestando sua concordância com relação à observação do Sr. Renato sobre o elevado número de profissionais da área fim lotados na administração, o Deputado Joe Valle solicitou à Secretária Executiva da Comissão que enviasse à Secretaria de Saúde pedido de informações sobre a distribuição dos profissionais de saúde lotados na administração central, especificando a carga horária, a unidade de lotação, as especialidades e a remuneração. Em seguida, passou a palavra ao Defensor Público-Geral do Distrito Federal, Dr. Ricardo Batista, o qual sugeriu um levantamento das perdas anuais com o cumprimento das decisões judiciais, em comparação às despesas efetuadas nas formas regulares de licitação e como parte do investimento direto e planejado. Solicitou ainda informações atualizadas sobre a dívida sem cobertura contratual, a quantidade de profissionais da saúde nomeados no presente ano e a quantidade de leitos existentes para internação em UTI, com especificação da quantidade de leitos inutilizados por falta de profissionais ou infraestrutura. Concedida a palavra ao Coordenador do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, Sr. Carlos Roberto Pires Dantas, este elogiou o evento, destacando a importância, no aprimoramento dos serviços de saúde, da abertura de espaços para a participação democrática e o debate social. Em avaliação do conteúdo do relatório, questionou o quantitativo de três auditorias realizadas, entre um conjunto de 92 procedimentos prestados pelo Sistema Nacional de Auditoria do SUS – SNA, lembrando que as auditorias devem ser utilizadas como um instrumento de gestão. Sugeriu que os próximos relatórios qualifiquem os resultados quantitativos, avançando nos indicadores e aprimorando os resultados de forma a contribuir para o planejamento e, conseqüentemente, a qualificação e o aperfeiçoamento dos serviços de saúde. Questionou, ainda, o impacto das seis UPAS, recentemente criadas no Distrito Federal, na redução dos atendimentos de urgência e de emergência. Com relação à execução dos recursos, apontou o fato de não constar, no item convênio, nenhuma execução. Em complementação às observações do coordenador do DENASUS, o Deputado Joe Valle apontou que os dados relativos às auditorias estariam incompletos porque, em discordância ao que dispõe o inciso II do art. 36 da Lei Complementar nº 142, de 2012, tanto no relatório quanto na apresentação, não constavam a identificação das auditorias nem as suas respectivas recomendações e determinações, apenas o quantitativo de relatorias e notas técnicas produzidas. Solicitou à Secretaria de Saúde que enviasse, à Comissão, o detalhamento das auditorias realizadas ou em fase de execução e que fossem incluídos, nos próximos relatórios, o objeto da auditoria, a identificação do órgão de controle, o nome e contato do servidor responsável pelo acompanhamento da auditoria na Secretaria e as recomendações e determinações. Em seguida, concedeu a palavra à Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal e do Instituto de Fiscalização e Controle, Sra. Jovita José Rosa, que ressaltou a ausência, na apresentação do relatório, de avaliação de resultados que correlacionasse as metas pactuadas com as efetivamente alcançadas bem como de levantamento das demandas reprimidas relativas a consultas, exames complementares, diagnóstico, cirurgias



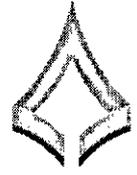
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



eletivas e atendimentos de saúde bucal, juntamente com as medidas necessárias para eliminar essa demanda. Também questionou a ausência de identificação em algumas cirurgias contabilizadas no relatório e apontou a falta de informações, no que se refere à cobertura do Programa Saúde da Família, do quantitativo de equipes necessárias, das credenciadas no Ministério da Saúde, no Programa e das efetivamente existentes. Por fim, manifestou-se confiante na regionalização que a Secretaria pretende fazer e nos seus efeitos sobre a gestão, os processos de compras e os controles. O deputado Joe Valle agradeceu e solicitou ao Secretário que informasse que medidas seriam adotadas para a efetiva aplicação dos recursos orçamentários destinados à atenção primária, dado que o percentual empenhado seria inferior à dotação orçamentária. Em seguida passou a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso, que observou haver um desequilíbrio no orçamento da saúde dado que 81% dos recursos estariam destinados para pessoal, 17 % para custeio da máquina da Secretaria de Saúde e apenas 2% para investimento, percentual em seu entender, irrisório, tendo em vista a necessidade de compra de equipamentos, construção de novas unidades de saúde e ampliação do número de leitos para atingir o percentual estabelecido pelo Ministério da Saúde. Aproveitou para conclamar a Câmara Legislativa e os deputados da bancada federal do Distrito Federal a destinar as emendas parlamentares a investimentos na área da saúde. Observou, ainda, que, desde 2013, tem sido empenhado e liquidado um baixo percentual de valores da fonte de convênios, ou seja, transferências do Ministério da Saúde para a Secretaria, questionando, a respeito desse item, o porquê da existência de repasses sob bloqueio e qual é o prazo previsto para aplicação e em quais unidades serão aplicados os recursos de convênio constante de tabela apresentada no relatório e cujo objeto é dar apoio técnico e financeiro para reforma de unidades de saúde. Enalteceu, por fim, a adoção da gestão de custos por parte da Secretaria, ressaltando a importância dessa medida para a remuneração dos atendimentos efetuados nos hospitais da rede de saúde do DF e questionou o Secretário sobre a possibilidade de obter a remuneração dos serviços prestados aos pacientes que vêm de outros estados, em especial os que vêm de Goiás, que representam um percentual significativo desses pacientes (80%). Passada a palavra ao Secretário de Saúde, para considerações, este iniciou reconhecendo a existência de problemas relacionados ao orçamento de sua pasta, mormente no que tange ao alto percentual comprometido com despesa de pessoal, cuja solução esbarra na impossibilidade de reduzir salários e demitir servidores estáveis, de um lado e, de outro, na dificuldade de aumentar a fatia do orçamento público do DF destinada à Saúde. Como uma das soluções possíveis, e na qual já estaria trabalhando, propôs a busca de recursos federais por meio de emenda para investimento. Em resposta a questionamentos sobre a baixa execução de convênios, explicou que esta teria como causa, na maioria dos casos, o elevado percentual de contrapartida que caberia ao Governo do Distrito Federal o que tornaria a sua execução desvantajosa. Como medida de solução do problema, afirmou ter solicitado o levantamento de todos os convênios, para avaliar quais deveriam ser mantidos e ver a possibilidade de negociar junto aos órgãos federais competentes uma repactuação dos mesmos, até mesmo com alteração de objeto, se fosse o caso. Com relação às providências adotadas para melhorar a gestão, informou estar trabalhando no aperfeiçoamento do sistema de informações gerenciais automatizadas por meio da ativação e interligação dos sistemas existentes, da instalação de novos sistemas e do aperfeiçoamento da alimentação dos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



mesmos. Da mesma forma, para o maior controle dos gastos, medidas haviam sido tomadas para a interligação de sistemas de estoque e da dispensação individual dos medicamentos, dos insumos e dos materiais hospitalares, além de expedida portaria para regulamentar as aquisições de novos equipamentos, as quais deverão, a partir dessa portaria, ser antecedidas de estudo técnico para demonstrar a necessidade do equipamento e a existência de espaço físico e instalações adequadas para recebê-lo. Também estaria realizando levantamento dos equipamentos existentes e a reforma dos locais onde poderão ser instalados. Respondendo ao questionamento sobre as auditorias, esclareceu que, ainda que tenham sido realizadas apenas três auditorias no período, houveram 98 procedimentos de fiscalização, o que representaria, em seu entender, um número excessivo e que se tornava contraproducente ao esgotar o tempo dos profissionais para trabalhar e implementar o que foi auditado. Sobre a concentração dos médicos na administração, informou que o número havia sido reduzido para 216, incluídos nesse universo, os médicos do Samu, os médicos de regulação, que constituem atividade finalística; e da Fepecs, que são professores. Assim, na área administrativa de fato, existiriam atualmente na Secretaria apenas 26 médicos. Mencionou sua preocupação com a alteração, por lei, da carga horária dos técnicos de enfermagem que, a partir de setembro, passam de 24 horas para 20 horas, tendo como consequência a redução no número de horas de trabalho disponível, e com os cortes orçamentários para a área da saúde, que representariam uma redução de 900 bilhões de reais em relação a 2014. No que tange às decisões judiciais, relatou ter convidado o CRM, a Associação de Médicos, o Conselho Regional de Farmácia e outros grupos da área para discutir a criação de uma comissão para avaliar previamente toda demanda que estiver fora da padronização da Secretaria e sugerir alterações de protocolo quando for o caso, medida que contribuiria para resolver os casos das decisões judiciais. Com relação ao reconhecimento de dívida, relativa a compras de anos anteriores, informou estar buscando uma solução jurídica, vez que despesas sem contrato não poderiam ser pagas e alguns contratos encontram dificuldades para serem assinados. Ressaltou que todos os casos estariam sendo reportados ao Ministério Público, Tribunal de Contas e Procuradoria-Geral no intento de regularizar a situação, por meio de pagamento, com autorização do Ministério Público, ou por meio de contrato emergencial. Quanto ao questionamento sobre o número de profissionais de saúde contratados em 2015, relatou terem sido cerca de quinhentos entre todas as áreas, informando ainda da possibilidade de novas contratações em substituição aos que irão se aposentar e ao contrato temporário que está vencendo. Informou que já ordenou uma nova chamada para concurso, mas não dispõe ainda de um quantitativo ou valor. Respondendo à questão sobre o número de leitos de UTI, informou a existência de quatrocentos leitos, sendo que, desses, estima que estejam funcionando cerca de 350, número que não seria flagrantemente insuficiente, dado que, conforme a Portaria nº 1.101, do Ministério da Saúde, o percentual necessário de leitos é de 2,5% a 3% da população, ou seja, em torno de seis mil leitos e o número de leitos de UTI é de 5% a 10% desse quantitativo, o que totalizaria 300 leitos, considerando a Ride. O problema, em seu entender, estaria na ausência, até então, de um protocolo que estabelecesse critérios para admissão e alta dos leitos de UTI. De acordo com o Secretário, um protocolo, adotado recentemente, garantiria uma rotatividade maior e a priorização do leito de UTI para os casos em que ela é efetivamente indicada. Também garantiria que uma ordem de prioridade fosse obedecida. Além disso,

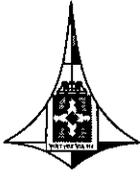
✓



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



informou, estaria trabalhando para obter recursos para ampliar contrato de home care e criar, em 2016, oitenta vagas para pacientes de cuidado intensivo, disponibilizando leitos na UTI e reduzindo custos de atendimento. Com relação a falta de equipamentos ou medicamentos na rede, afirmou que, em levantamento prévio realizado, encontrou 485 medicamentos, de um total de cerca de 860 padronizados, com estoque zerado no dia 1º de janeiro de 2015 e apenas doze mil equipamentos com contrato de manutenção de um total de 58.009. Também foram encontrados vários contratos emergenciais, decorrentes, muitas vezes, de licitações que resultam desertas ou fracassadas. Para resolver esses problemas estaria trabalhando no sistema informatizado para controle de estoque e preparando um mutirão para os contratos de manutenção de equipamentos, ressaltando, entretanto, que, para os contratos, necessitará de um aporte orçamentário e ainda não sabe se conseguirá obtê-lo. Em resposta ao questionamento sobre a baixa execução do orçamento da atenção básica, informou ter como objetivo realizar investimentos imediatos na área, promovendo melhorias nos espaços de atendimento e adquirindo equipamentos de diagnóstico. Abertas as inscrições para perguntas, foi concedida a palavra ao Sr. Paulo José Vanderley Braga, que solicitou informações sobre as medidas tomadas para tornar o sistema informatizado e o gerenciamento de saúde mais racional e levantou a necessidade de implantação de uma auditoria médica para apurar casos que resultaram em prejuízos aos usuários do sistema, alguns até em mortes. Sugeriu ainda verificar a responsabilização funcional e penal dos envolvidos, dada a gravidade da situação. Em seguida foi concedida a palavra à Sra. Maura Lúcia, Presidente do Conselho Regional de Saúde do Núcleo Bandeirante e Coordenadora do Fórum de Conselhos Regionais, segmento trabalhador, a qual observou que, embora os conselhos regionais tenham a responsabilidade de compor e fazer um parecer sobre o relatório de gestão que está sendo apresentado, estes não recebem a prestação de contas e não participam da criação dos relatórios, que são encaminhados pelos gestores diretamente ao Conselho do Distrito Federal, no qual não são representados. Apesar desse fato, reconheceu que há avanços na questão da transparência, e colocou os conselhos regionais à disposição da Secretaria, do governo e da população, solicitando que fosse permitido a esses, maior participação. O Presidente da Comissão concedeu, então, a palavra à Sra. Adriana Pederneiras, assessora do Deputado Júlio Cesar, que parabenizou o senhor Secretário pelas explicações e aproveitou o momento para manifestar sua preocupação com a falta de leitos de UTIs, alguns inativados por falta de reparos em peças simples como um ventilador mecânico ou pela falta de recursos humanos. Sugeriu verificar a possibilidade de contratação de intensivistas e outros profissionais da área da saúde, os quais teriam custo menor do que os médicos para a Secretaria, e enfatizou a necessidade de focar na atenção primária e na promoção da saúde. Elogiou, ainda, a criação do protocolo para UTI. Concedida a palavra ao Sr. Antônio Rodrigues, Conselheiro Regional de Saúde de Santa Maria, este questionou o Secretário sobre a possibilidade de ter um representante de cada região no grupo de trabalho que irá viabilizar o decreto de descentralização, solicitou informações sobre o retorno do serviço da pediatria de Santa Maria e do Centro Obstétrico e argumentou, ainda, que a metodologia adotada pela Secretaria ao focar o número de habitantes de cada região ao invés do quantitativo atendido pelo sistema daquela região, seria inadequada. Antes de passar a palavra ao Secretário para as respostas, o deputado Joe Valle, abriu para as considerações finais, que se iniciou com a fala do Sr. Ricardo Batista,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



que ressaltou a importância dos entendimentos entre a Defensoria e a Secretaria, por propiciar soluções administrativas para os casos da Defensoria e afirmou esperar que, com o aumento da eficiência da gestão, a judicialização da saúde se torne uma exceção. Em seguida, O Sr. Carlos Roberto Pires Dantas, enfatizou a necessidade do debate sobre a forma de atuação do controle interno e o seu fortalecimento dentro da Secretaria. Retomando a palavra, o deputado Joe Valle indagou do Secretário se havia sido efetivado Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde – COAP nas regiões de saúde e reiterou pedido para que os dados solicitados no Ofício nº 15 de 2015 fossem acrescidos no próximo relatório de novembro. Em sua fala, a Sra. Jovita propôs a mobilização dos conselhos de saúde das regionais, juntamente com o Conselho de Saúde do Distrito Federal, o Conselho de Transparência e a Comissão de Fiscalização, para avaliar 100% do Programa de Saúde da Família, ainda este ano, dentro do projeto Auditoria Cívica na Saúde, do Instituto de Fiscalização e Controle. Concedida a palavra ao Secretário de Saúde, para respostas e considerações finais, este passou, inicialmente, a palavra à Sra. Leila que prestou esclarecimentos quanto ao COAP informando que estão negociando com o Ministério para ele aceite firmar um COAP com cada região de saúde do DF. Caso essa proposta não seja acatada a Secretaria assinará o Coap e replicará os compromissos para dentro das regiões de saúde. Quanto às modificações solicitadas no relatório. Retomada a palavra, o Sr. Fábio Gondim passou a responder às últimas questões levantadas, afirmando que: a) está trabalhando para melhorar o controle das informações em sua gestão; b) irá priorizar o Programa Saúde da Família e ampliar a participação dos conselhos regionais; c) está verificando os contratos de manutenção dos ventiladores das UTIs; d) foi realizado concurso para intensivistas, mas as vagas existentes não foram preenchidas e, portanto, um novo concurso será realizado; e) considera que a proposta de descentralização deva ser trabalhada por um grupo pequeno, mas compromete-se a discutir com os representantes das regiões uma primeira versão da proposta; f) o relatório apresentado considera, para vários efeitos a população real em vez da população formal; g) está disposto a estudar a elaboração de um calendário de auditorias no sentido de fortalecer o controle interno; h) enfrenta dificuldades para resolver o problema da pediatria de Santa Maria, que foi fechada em decorrência do término de contrato com a empresa que prestava serviços, dado que todos os pediatras aprovados em concurso já foram chamados mas as vagas não foram preenchidas; i) considera, em relação à sugestão de auditoria médica, que não há impunidade, fato comprovado pelo grande número de pessoas que estariam respondendo a processos e acredita que, para evitar os problemas que vêm resultando em prejuízos aos usuários, a solução está no aprimoramento das informações e no acompanhamento de desempenho e resultados. Por fim, o Deputado Joe Valle elogiou a qualidade do debate e pediu ao Secretário que invista em sistemas de informação, destacando especialmente a necessidade de informatizar a farmácia para melhoria do controle e conseqüente economia de recursos. Ainda, ressaltou que as emendas parlamentares são importantes fontes de recurso que podem ser buscadas pela Secretaria junto à Câmara Legislativa para ampliação da sua capacidade de investimento e aproveitou para informar que estaria, juntamente com os demais parlamentares, destinando, ao todo, trezentos milhões de orçamento para completar os recursos da Saúde em 2015. O Presidente Joe Valle, então, agradeceu às autoridades e demais convidados e nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



audiência pública às 13h19min. Eu, Thays Mendes Ferreira, Secretária Executiva da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle lavrei a presente ata.

DEPUTADO JOE VALLE

Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle